

REFLEXÕES DECOLONIAIS SOBRE O PROCESSO CIVILIZADOR E DESCIVILIZADOR ATÉ OS DIAS ATUAIS:

um diálogo com o autocontrole de moradores
de periferia no Brasil urbano.¹

*Decolonial reflections on the civilizing and decivilizing process up to the present day:
a dialogue with the self-control of periphery residents in urban Brazil*

BARBOSA, Rodrigo Holanda²

Resumo: Com base em Nobert Elias, este artigo discute criticamente o processo interdependente entre civilização e descivilização no sistema-mundo colonial-moderno, e suas relações com os mecanismos de alteridade e semelhança. Nessa interdependência enfatizamos a violência. Foram a servidão e a escravidão dos não europeus pelos colonizadores que geraram padrões de organização do trabalho livre na Europa. Isto num processo de longa duração em que as relações de poder manejam não só diferenças de costumes, mas também as possibilidades de incorporação do autocontrole e do heterocontrole dos indivíduos. Com o apoio de Elias e da crítica decolonial argumentamos que a informalização dos costumes na continuação do processo civilizador, desde as elites até as camadas baixas, tornou o autocontrole um padrão disseminado para todos. Este padrão não se fez de forma homogênea nas cidades, possuindo nuances socioambientais, como indicam vivências e relatos de moradores das periferias brasileiras.

Palavras-chave: Cidade; Civilização; Descivilização; Informalização; Periferia.

Abstract: Based on Nobert Elias, this article critically discusses the interdependent process between civilization and de-civilization in the modern-colonial world-system, and its relations to the mechanisms of otherness and sameness. In this interdependence we emphasize violence. It was the servitude and enslavement of non-Europeans by the colonizers that generated patterns of free labour organization in Europe. This in a long-lasting process in which power relations manage not only differences in customs, but also

¹ Enviado em: 12 Nov. 2021 | Aceito em: 6 Fev. 2023.

²Universidade Federal do Ceará (UFC). <http://orcid.org/0000-0001-5095-7116>. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (PPGS/ UECE-2020). rodrigo-holanda@hotmail.com.

the possibilities of incorporating self-control and heterocontrol of individuals. With support from Elias and decolonial critique we argue that the informalization of mores in the continuation of the civilizing process, from the elites to the lower strata, made self-control a widespread pattern for all. This pattern was not made homogeneously in the cities, having socio-environmental nuances, as indicated by the experiences and reports of residents of the Brazilian peripheries.

Keywords: City; Civilization; Decivilization; Informalization; Outskirt.

1. Introdução

Para o sociólogo Norbert Elias, na Europa do século XVI, a sequência de um amplo desenvolvimento histórico global desenhou uma sociogênese e psicogênese particular no processo civilizador, definido através do caminho da incorporação do autocontrole e da organização do heterocontrole, primeiramente nas/para as elites e depois se estendendo ao restante dos estratos sociais. Segundo Elias (2001), depois de uma lenta transformação da vida feudal, esse processo envolveu uma luta pelo monopólio do poder até a consolidação do Estado absolutista e a centralização do poder na figura do rei. A partir daí, a luta que envolvia, sobretudo, o contato físico e sangrento com o outro na época medieval, transfigurou-se numa luta interna dos indivíduos contra suas pulsões individuais e sociais. A institucionalização da etiqueta real trouxe uma racionalidade diferente da época feudal, desenvolvendo o prestígio e a consciência do controle das pulsões em prol da cortesia como centro das relações sociais.

Relembramos, assim, que Elias não utilizava o conceito de civilização como qualitativamente superior de um povo, mas com relação ao desenvolvimento do autocontrole das razões, instintos e pulsões. Como ele mesmo insistia: “O processo civilizador não segue uma linha reta” (Elias, 1994a, p. 185), não possui um sentido teleológico de evolução e é assim que seguiremos nos atendo pela sua construção teórica. O processo civilizador vem de forma factual e contingente dessa mudança que ocorre com a solidariedade, a monopolização da violência física e a extensão da interdependência social, levando a: “[...] moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito, [...]” (Elias, 1994b, p. 198).

Com base no que Elias diz sobre a mudança “civilizadora” do comportamento, entendemos, dialeticamente, a descivilização como fazendo parte de forma concreta desse mesmo processo de desenvolvimento de autocontrole, em sinergia e interdependência com ele. Deste modo, a ampliação que nosso artigo propõe segue na direção de que civilização e descivilização estão juntas em interdependência, de forma simbólica, mas também concreta na realidade. Portanto, descivilização não é o oposto semântico de civilização, mas seu complemento, ou seja, não pode ser definida apenas pela negação do desenvolvimento do autocontrole dos indivíduos em muitos níveis. Percebendo a realidade de forma complexa, toda civilização remete a uma descivilização. Por sua vez, toda descivilização é condição de outro processo civilizador numa relação sequencial de interdependência que continua. E, por vezes, esse outro processo civilizador, sendo mais duro e violento dada as condições particulares da sua sequência, também significará um outro processo descivilizador com relação a outros indivíduos na figuração³ histórica.

Sob nossa leitura decolonial da história, entendemos que em determinado período do processo civilizador e descivilizador da humanidade, correspondente a constituição do primeiro padrão de poder efetivamente global, a partir da América no século XVI, delineado aqui como sistema-mundo colonial-moderno (Lander, 2005), as camadas mais ricas e dominantes atualizaram-se como fazendo mais parte da humanidade do que as camadas mais pobres e dominadas, organizando sobre isso o domínio da colonialidade do ser e do saber.

As camadas mais baixas foram consideradas mais próximas da animalidade e da selvageria, segundo as dinâmicas produzidas nas relações morais e de poder entre estabelecidos e *outsiders* num ambiente. Já que, fazendo um paralelo com o livro de Elias & Scotson (2000), percebemos que para permitir a atribuição de características ontologicamente positivas aos estratos qualificados, somente pode-se fazê-las às custas da atribuição de características negativas aos estratos desqualificados.

Nesse século XVI, os europeus representaram a própria humanidade e a “civilização” a ser levada aos indígenas e escravos africanos nas Américas (Lander, 2005), tendo para isso construído a ideia de “missão civilizadora”, que não significava civilização

³ Podemos sintetizar o conceito de figuração para Elias como toda rede ou cadeia de interdependência, nem fechada, nem estática, em diferentes âmbitos e tamanhos das relações de poder, correspondente a uma realidade social em que sociedade e indivíduo aparecem simultaneamente, não de forma antagônica.

como atribuído por Elias, mas sim descivilização sob nossa leitura. Nesse processo dialético de civilização e descivilização, uma ideia de superioridade de essência de uns foi construída como afirmação da inferioridade de essência de outros. De acordo com as próprias palavras de Elias (1994a, p. 229, grifo nosso):

Formou-se e fortaleceu-se a ideia, porém, na era de ascendência indisputada das nações europeias, ideia que é recorrente entre todos os grupos poderosos e dominantes no mundo, de que o poder que podiam exercer sobre outras nações era manifestação de uma missão eterna que lhes fora concedida por Deus, pela natureza ou pelo destino histórico, expressão de uma superioridade de essência sobre os menos poderosos. Esta ideia de superioridade axiomática, profundamente enraizada na autoimagem das nações industrializadas a mais tempo, foi profundamente abalada pelo curso do desenvolvimento neste século.

Por conseguinte, sob o abalo do tempo nessa autoimagem enclausurada de civilização, no século XXI, com a consciência disponível em nossa era globalizada (em que notícias de guerra na Ucrânia alteram os preços do trigo que se come no Brasil), é incontestável que uma figuração nacional e sua autolegitimação somente podem ser dadas em interdependência com outras no planeta Terra. E ainda, que essa interdependência que atua sobre as figurações nacionais, também atua entre figurações de classes e camadas de indivíduos, como um processo cego de longa duração, que tornou, sequencialmente, ao longo do tempo e pouco a pouco, em cada uma dessas vezes, o que era distintivo das camadas altas numa disposição introjetada comum a todos nas sociedades.

Conforme argumentação de Elias (1994b, p.211), o autocontrole passou gradualmente a ser hegemônico no Ocidente, conforme o trabalho humano, que sempre foi concentrado nas camadas mais baixas em questão de quantidade, desenvolveu mudanças no sentido de ser cada vez mais regulado:

[...] a sociedade ocidental como um todo gradualmente se tornou uma sociedade em que se espera que todas as pessoas capazes ganhem a vida através de um tipo altamente regulado de trabalho. Antes, o trabalho era uma característica das classes mais baixas.

Além disso, conforme Wouters (2012) argumenta para o século XX, e, que podemos ampliar para o atual século XXI, as camadas baixas vem consumindo padrões

comportamentais da burguesia e a burguesia vem ressignificando para si alguns padrões das camadas baixas, caracterizando o processo de informalização, esse amplo processo de mistura e de ressignificação de condutas para formas mais descontraídas, além de reflexivas, flexíveis e alertas, graças a uma terceira natureza, um tipo de autocontrole do autocontrole.

Nesse sentido, a discussão que se prossegue nesse artigo, argumenta a interdependência entre civilização e descivilização com apoio de algumas práxis históricas atuais de moradores das periferias brasileiras, empiricamente embasadas tanto por meio de diário de campo das minhas próprias vivências em diferentes bairros da periferia de Fortaleza, como também nas vivências registradas por pesquisadores em outras capitais do Brasil e suas metodologias, que mostram a heterogeneidade do autocontrole das camadas baixas e do heterocontrole incidido sobre elas, de forma a ampliar criticamente e de forma decolonial o conceito de interdependência.

2. Interdependência entre civilização e descivilização: chamando Elias para um diálogo

Não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie (Benjamin, 1985, p. 157)

Segundo Elias (1994a, p.237), a concepção de indivíduo como *homo clausus*, ou seja, aquela imagem do indivíduo como parte inteiramente “autossuficiente” e separada das demais, “tem por trás de si uma longa tradição no desenvolvimento das sociedades europeias”. Sem dúvidas, podemos dizer que essa tradição fez os europeus apresentarem uma dificuldade em reconhecer a sua interdependência ao longo da história.

Aliás, de forma a corroborar com Elias, considerando os exemplos de figurações históricas, podemos observar que os europeus já na Grécia antiga experimentaram uma autoimagem enclausurada. Como sabemos, no fim do período Homérico e início do período Arcaico, em muitas cidades-estados que prosperavam graças as numerosas colônias oriundas da expansão grega no Mar mediterrâneo e no Mar negro, a aristocracia de nascença, ao passo que concentrava o poder político, tinha dificuldade de se vê interdependente do escravo e do camponês, por mais que realmente o fosse e vice-versa.

A própria ideia de liberdade na filosofia grega se baseava nessa ideia autoevidente de indivíduo absolutamente autônomo. Para os gregos antigos, como Aristóteles, era uma questão de natureza do homem livre que ele tivesse tempo livre para ir às ágoras debater política, não uma configuração de sua sociedade particular (Toynbee, 1963).

Estes exemplos servem para nos deixar atentos de que as autoimagens de indivíduo e figuração para um povo devem sempre ser lembradas como particulares, mas sempre em relação as outras, pois não se constituíram sozinhas e, sim, em interdependência com outras concepções de indivíduos e figurações sociais. Tal atenção, é de fato necessária, sob pena de que, assim como a concepção do *homo clausus* está para o indivíduo, uma concepção de *figuratio clausus* se constitua para as figurações quando vistas por elas mesmas.

Assim, é necessário retomar Elias (1994a, p.54) com essa dimensão da interdependência em evidência, para perceber que os conceitos das figurações europeias (como *politesse*, *civilité*, *civilisation* e *kultur*) tinham a mesma função para cada povo específico: “expressar a autoimagem da classe alta europeia em comparação com os outros, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos”. Ou seja, a partir de si mesmas, em posição de superioridade de poder e possuindo liberdade de autodesignação, as figurações de corte europeias desenharam um lugar que funcionava não só como espelho para enxergar o exterior e o estrangeiro, mas como espelho interno, regendo como os plebeus deviam ser, como os membros da corte “gostariam de ser e, ao mesmo tempo, como os príncipes absolutos os querem ver” (id., p.34).

Fazendo um diálogo com Elias, podemos dizer que tais autoimagens europeias fazem parte do que assegura Mignolo (2003, p. 441) no conceito de ocidentalismo, esse imaginário autossuficiente que:

[...] era precisamente o imaginário do mundo colonial/moderno que começava a construir a ideia da civilização ocidental sem a qual não haveria (não poderia ter havido) um sistema mundial colonial/moderno. Assim, o imaginário do mundo colonial/moderno foi o local do alicerce da própria ideia da civilização ocidental. Defino o ocidentalismo, então, como a versão ocidental da civilização ocidental (sua própria autodescrição) entranhada no imaginário do mundo colonial/moderno.

Inclusive, essa tradição europeia, por vezes, pode ser encontrada em Elias (1994b), já que ele partilhou no seu tempo histórico de uma reelaborada imagem autossuficiente

como parte de sua figuração. Em uma passagem, ele mostra-se acreditando que “o próprio desenvolvimento técnico do Ocidente [...] pressupõem a ausência de trabalho escravo e o desenvolvimento do trabalho livre” (ib., p.56), assim, de forma autossuficiente e despojada da interdependência da escravidão que ocorreu nesse desenvolvimento.

Porém, não trazemos essa passagem para tecer uma crítica anacrônica que exigisse de Elias uma imaginação sociológica que não estava disponível em seu tempo, nem para julgar as escolhas inconscientes e conscientes, como ele deixa claro, de ter-se centrado exclusivamente no que ocorreu em alguns países europeus. Já que, de fato, tendo Elias (1994b, p.238) feito uma escolha de foco, não deixou de mostrar, algumas vezes, que conhecia o desenvolvimento civilizacional muito mais antigo e maior, em alguns aspectos, que acontecia no Oriente:

Nas estratégias políticas da China, por exemplo, podemos descobrir um nível de autocontenção pelo menos de mesmo grau que os das nações industrializadas mais desenvolvidas [...] seu processo de formação do Estado [portanto o civilizador] em termos de duração e continuidade ultrapassa o da maioria das sociedades existente em nosso tempo.

Colocamos Elias em discussão, apenas para que possamos avançar em uma ampliação da complexidade do conceito de interdependência, lembrando que apesar da imagem do trabalho livre na figuração europeia, essa forma de controle do trabalho está ligado, sobretudo, ao fato histórico interdependente e necessário que foi o longo período entre os séculos XVI e XIX, conhecido como os três séculos de escravidão e servidão nas Américas.

Nesse sentido, para desviar da concepção de uma *figuratio clausus* e retomar o movimento processual e de interdependência, podemos entender as chamadas “missões civilizadoras” a partir do século XVI, como produto da autoimagem de grau mais alto de civilização que fez europeus tomassem como natural que eles fossem os verdadeiros humanos (com um fundo de raça importante aqui) e, por isso, naturalmente representassem o universal humano (Lander, 2005).

Do mesmo modo, com aporte no livro “A sociedade de corte” (Elias, 2001), podemos entender, nessa ampliação da interdependência, que também a figuração francesa de corte não teve um aparecimento autônomo. Sua existência está, intrinsecamente, ligada ao fato da França ser naquele momento um império colonial, com vastas colônias sob o reinado de Luís XIV.

Portanto, a figuração de corte francesa e sua autoimagem nesse período não podem ser desvinculadas, por exemplo, da figuração e imagem do Haiti, colônia francesa nesse período e por cerca de 200 anos parte do império francês. A ilha de *Saint-domingue*, como era chamado o Haiti colônia, era vista como a “pérola das Antilhas”, porque foi a mais lucrativa do império colonial francês graças às suas plantações de tabaco, café e açúcar. Essa ilha conquistada dos espanhóis por Luís XIV é hoje um dos países mais pobres do mundo, apesar de ter sido palco da única revolução bem-sucedida de pessoas escravizadas nas Américas (James, 2010).

Na verdade, é impensável o chá vespertino da aristocracia de corte na França, sem o açúcar plantado por escravos no Haiti. Ou melhor, que existisse a possibilidade de refinamento do código de etiqueta da corte real e de dispendioso gasto de tempo com cada minucioso detalhe do cerimonial de vestimenta do rei Luís XIV, sem levar em conta o rígido e violento regimento para o tratamento da população escravizada no Haiti, conhecido como “*code noir*” e imposto por Jean Baptiste Colbert a mando desse mesmo Rei (Palmer, 1998). Ao contrário do ocioso dispêndio de tempo europeu, condenadas a trabalharem até a morte, as pessoas importadas como escravas no Haiti tinham uma expectativa de vida média de apenas 5 anos. Diferentemente do que acontecia nos Estados Unidos da América e no Brasil em que as condições permitiam que se reproduzissem, na ilha de *Saint-domingue* a maioria escravizada não vivia para tanto (Pinto, 2019).

Do mesmo modo, de uma forma ampliada, era essa tradição de autoimagem europeia e ocidental que estava por trás da conferência internacional de geografia em Bruxelas, no ano de 1876, convocada pelo rei da Bélgica Leopoldo I para “levar civilização à África”. Bem como também, por trás da conferência de Berlim, no ano de 1884, em que as potências europeias repartiram o continente africano. Pois, como outro exemplo corroborativo da interdependência, o refinado código de etiqueta vigente na cidade de Bruxelas, altamente modernizada graça às riquezas minerais extraídas do Congo, colônia belga no período, estava necessariamente ligado aos códigos civilizatórios nativos que ele destruiu, e, ao código de etiqueta forçado aos congoleses, com diversas formas de castigos,

incluindo decepamento da mão ou do braço das pessoas, o que causou algo entre 5 a 20 milhões de mortos em um período de menos de 15 anos⁴.

Portanto, o que queremos dizer é que devemos compreender que os processos descivilizatórios de colonização foram dimensões fundamentais da formação das sociedades europeias “civilizadas”, portanto, do seu processo civilizador. E que na sequência do processo descivilizador, um processo civilizador com a marca da diferença colonial (Mignolo, 2003) toma lugar nos fluxos da história e causa ele mesmo descivilizações próprias. Como colocam Dépelteau, Passiani & Mariano (2013, p.46-47, tradução nossa) sobre os não-europeus:

Todas essas pessoas estiveram envolvidas nos processos destrutivos e sangrentos que chamamos de processos “civilizadores” europeus, mesmo quando ocorreram fora da Europa. Os “centros” e suas “periferias” foram interdependentes neste processo, e foram interligados por muita violência.

Assegurado pela colonialidade do poder e legitimado pelo imaginário do ocidentalismo, não discutiremos se houve originalidade dos europeus na capacidade de matança das suas tecnologias bélicas, como poderíamos argumentar em conjunto com Dépelteau, Passiani & Mariano (2013, p.47), já que: “O orgulho dos ‘civilizados’ veio em parte de sua capacidade de invadir, dominar e destruir”. Ou também, pelo contrário, não discutiremos aqui se nada justifica a ideia de superioridade que a autoimagem europeia construiu, lembrando as interdependências como, por exemplo, o caso da própria matemática moderna ocidental que somente foi possível graças aos algoritmos arábicos, que no que lhe concerne, foram inventados pelos hindus, mas que chegaram com os árabes que invadiram a Índia, entenderam sua utilidade, aperfeiçoaram e espalharam esse sistema que foi indispensável a colonização europeia pelo mundo (Harari, 2015).

Deixando em aberto essas discussões, que talvez não sejam antagônicas em seus fundos de verdade, no geral, a autoimagem de civilização construída pelo Ocidente europeu negou o grau de civilização do Oriente e subalternizou as civilizações das Américas. Para se constituir, por meio dos mecanismos de semelhança e alteridade, foi

⁴ Recentemente o rei da Bélgica pediu desculpas ao Congo. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2020/06/30/rei-da-belgica-pede-desculpa-pelos-massacres-no-congo>> Acesso em: 21.08.2021

vital ter o Oriente como seu extremo oposto e as Américas como o extremo Ocidente, o mesmo só que menor e subdesenvolvido (Said, 2001; Dussel, 1993).

Ou seja, o que estamos nos pondo a pensar é que na interdependência entre civilização e descivilização, foram a servidão e a escravidão dos não-europeus que deram a possibilidade da organização do trabalho livre pelo assalariamento na Europa. Na mesma medida, a pacificação dos espaços e costumes europeus, foram as custas de uma extrema violência salvaguardada, contra os espaços e costumes dentro e fora da Europa.

Aparentemente contraditório para o senso comum, aqui a civilização vem pela descivilização imposta na vitória e conquista de outras civilizações, de modo que é isso que modela a imagem do colonizador. Entretanto, nesse sentido, também é verdade que o outro lado da interdependência, a oposição do colonizado ao colonizador, também foi constitutivo para a imagem do colonizado. Por exemplo, quando os impérios coloniais impelem o processo de integração nacional no lugar da tribo em suas colônias, porque é bem mais fácil controlar um estado nacional do que várias tribos separadas que constantemente entravam em conflito. Desse modo, os colonizadores que colocavam seus representantes nas lideranças das colônias, às vezes jogando uma etnia contra a outra, como fez a Bélgica em Ruanda⁵, impeliram a nação se colocando como modelo, enquanto asseguravam seu interesses, mas também, pela opressão, desencadearam uma reação anti-imperialista que formou o sentimento nacional e foi responsável pela independência de muitas ex-colônias, conforme Anderson (2014).

Assim, em nosso entendimento, civilização e descivilização são processos simultâneos, não são estados autossuficientes, em que um ocorre somente quando não ocorre o outro, mas, justo o contrário, ocorrem ambos em conjunto, de forma interdependente e interligada pela violência.

3. Da aristocracia a burguesia, da burguesia à massa popular: moradores da periferia do Brasil urbano

⁵Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms> Acesso em: 26.08.2021.

Elias (2001) sabia que a possibilidade de desenvolvimento do autocontrole estava ligado com a liberdade financeira e de status dos príncipes da sociedade de corte, por isso, revelou como eles eram cheios de apanágios (privilégios), que lhes davam todo tempo do mundo para elaborar e rebuscar códigos de distinção. No entanto, quando olhamos nos arredores da sequência de interdependências em que esse processo de constituição de apanágios é parte, esse mesmo processo civilizador, instalou nas camadas baixas, por meio de um processo descivilizador oriundo de uma realidade sem nenhum apanágio e nenhum tempo pra desenvolver suas capacidades, um outro processo civilizador particular e ontologicamente necessário para a sobrevivência futura do dominado.

Apesar de, como vimos no tópico anterior, o processo descivilizador estar contido no processo civilizador, o imaginário ocidental construiu sua ideia de civilização universal pelo contrário da tal falta de autocontrole nas camadas baixas. Logo, durante a história humana, se contingencialmente no passado, os estratos mais baixos das figurações e configurações de figurações, devido ao consumo de tempo das suas atividades diárias, “tornavam-se pouco capazes de restringir desejos e emoções imediatos em troca de algo que era tangível aqui e agora” (Elias, 1994b, p. 209), isso se dava, porque a sua dominação e exploração era o que criava espaço para os grupos altos refinaram suas maneiras e seu autocontrole.

Foram, os privilégios que permitiram aos membros da corte, como vimos, a confecção de uma imagem de si autossuficiente e enclausurada, possibilitando-lhes esquecer sua interdependência e se verem com um processo civilizador acabado, mesmo que, sendo não teleológico, o processo civilizador nunca tenha fim. Conforme Elias (1994a, p. 64):

[...] as nações consideram o processo de civilização como terminado/completado em suas sociedades; elas são as transmissoras a outrem de uma civilização existente ou acabada, as porta-estandartes da civilização em marcha. [...] Seus resultados são aceitos simplesmente como expressão de seus próprios talentos. E a consciência de sua própria superioridade, dessa ‘civilização’, passa a servir pelo menos as nações que se tornaram conquistadoras de colônias e, por conseguinte, um tipo de classe superior para grandes segmentos do mundo não-europeu, como justificativa de seu domínio, no mesmo grau em que antes os ancestrais do conceito de civilização, politesse e civilite, serviram de justificação a aristocracia de corte.

Do mesmo modo que o esquecimento da interdependência da aristocracia colonial foi construído na sociedade de corte, na sociedade burguesa que surgiu nos séculos XVIII

e XIX, as camadas dominantes passaram a supor que seu processo também havia acabado e a querer apenas que esse processo se realizasse em outras nações, bem como, nas camadas mais baixas de sua própria sociedade. E mais, enquanto as elites escondiam os processos para que eles se passassem como universais e naturais, esqueceu-se também que um processo civilizador “subdesenvolvido” aos olhos daquele disseminado pela elite, advindo da descivilização e marcado, particularmente, pela violência física e simbólica residual dessa interdependência, já se instalava em cada vez mais partes das camadas baixas e continuou sendo reatualizado nelas.

Nesse sentido, nos dias atuais, distinções e variações dos tipos altamente regulados de ser, continuam existindo para os diferentes indivíduos e as diferentes experiências de uma figuração. Como é o caso dos moradores das periferias brasileiras, sobretudo, o que conhecemos pessoalmente em nossas vivências na cidade de Fortaleza. Gente que acorda muito cedo para ir trabalhar e enfrenta diariamente a sensação de não conseguir se mexer nos ônibus lotados, mas aguenta porque tem o sonho de dar uma vida melhor para sua filha. Gente relegada aos subempregos informais, em que fazer uma pausa para ir ao banheiro, para comer, ou qualquer outra forma de “distrair”, significa não ganhar o necessário para sobreviver, ou ver os rendimentos de toda uma família diminuídos. Ou seja, gente que se vê pela força das condições, moderando suas emoções espontâneas, seus sentimentos e tendo que pensar, por mais que o momento presente se imponha, não só nele, mas levando em conta sua trajetória de vida no passado, seus sonhos e expectativas de futuro.

Portanto, concorre na nossa argumentação, que para o estabelecimento de privilégios das nossas elites atuais, que o imaginário legítimo nos mecanismos de alteridade e semelhança, foi preciso apoiar-se nas condições socioambientais das periferias urbanas que fazem parte desse processo civilizador nas camadas baixas. Condições contemporâneas, que nas cidades brasileiras, pelo menos no que se refere a sociabilidade, foi muito bem descrita por Kowarick no livro “Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano” (2002, p. 23):

Trata-se de uma sociabilidade enclausurada e defensiva, alicerçada no retraimento da vida privada — a casa —, que rejeita as esferas públicas — a rua, tida como o espaço

da adversidade por excelência, o espaço social do anonimato, do imponderável e imprevisível, local portanto do perigo e da violência.

No âmbito das cidades, isso se reflete no fato de que, enquanto os enclaves das camadas altas se entregam ao retraimento privado dos condomínios de luxo, a favela teima em ir pra rua. É preciso mesmo notar, como muito bem ancorado ainda em Kowarick (ib., p.21), no fato de que a rua é o lugar para onde vão os que sofrem pelo:

[...] desenraizamento do assalariamento formal, cuja expressão recente é o aumento da fatia de desempregados e da mão-de-obra sem carteira assinada, à qual se soma a massa de tarefeiros de toda ordem, caracterizada pela intermitência e precariedade do trabalho.

Conforme atestam nossas próprias observações em Fortaleza, Ceará, a rua é um modo de vida, modo de ganhar dinheiro nesses nossos tempos. Como na história de Marcelo, 35 anos, vendedor ambulante, que pedala a sua “bike do lanche”, vendendo salgado, tapioca, salada de frutas e suco natural. Marcelo já virou marcador do cotidiano das ruas do bairro periférico do Conjunto Ceará, pois todo dia a determinada hora da tarde, escuta-se o alto-falante tocar uma música gospel de fundo e em seguida o anúncio do seu negócio. Sob uma rotina áspera e cansativa, assim sustenta sua família junto com Ana, sua esposa, que cuida de fazer os lanches, e os 4 filhos do casal que vive no bairro periférico da Granja Portugal em Fortaleza.

É em relatos de vida de moradores da periferia como o de cima, relatos culturais e históricos das camadas baixas, onde encontramos evidências do grau de códigos de comportamento e autocontrole da vida diária contemporânea, assim como, os manuais de etiqueta que Elias estudou compreendiam o grau das dimensões morais da vida cotidiana na sociedade de corte no século XVI. Como evidencia do rígido autocontrole transmitido pelas extensas cadeias de interdependência hoje, concorre a nossa argumentação os relatos de vida a que se dedicaram Cabanes, Georges, Rizek & Telles (2011, p. 120) no seu livro “Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo”. Dentre eles, mencionamos aqui a história de Ângelo, um menino que vivia num abrigo provisório:

Ele pinta a vida nas ruas como um lugar traumático, mas de aprendizado: regras de comportamento (nas brigas e negociações com colegas para guardar carros estacionados), estratégias de sobrevivência (criando um pequeno mostruário dos produtos que vendia nos trens), [...] autocontrole (resistindo à tentação de roubar), a amizade duradoura com Chico, o amor por Ana...

Inclusive, ainda outra dessas nuances do autocontrole hegemônico para os moradores das comunidades da periferia, foi observada em jovens de Fortaleza que começam nas carreiras do crime e ainda não estão acostumados com as tensões que os ilegalismos envolvem. Esses jovens são chamados de “emocionados”, porque para o grupo criminoso o qual eles fazem parte, o “certo pelo certo”, significa uma postura autocontrolada e “não emocionada”, ou seja, que não se apavora ou é tomada por impulso nos momentos de tensão que a atividade ilegal os coloca. Do mesmo modo, porém sob a peculiaridade da realidade de São Paulo, de acordo com Feltran (2010, p.63): “cotidianamente, esses grupos manejam componentes muito mais sutis de disputa pelas normas de convivência, como a reivindicação de justiça dos comportamentos, amparados na ‘atitude’, ‘disposição’ e ‘proceder’”.

É curioso como no cruzamento interdependente entre civilização e descivilização, distinções e variações sob o heterocontrole ocorrem como para o autocontrole: de diferentes maneiras para diferentes indivíduos e experiências de uma figuração. No caso das camadas baixas, a força policial que recai sob jovens das periferias advinda do processo descivilizador introjeta um próprio processo civilizador de autocontrole, como atestado nos protocolos de comportamento relatados por jovens de Fortaleza em que afirmaram na ocasião de uma abordagem policial “olhar pra baixo assim e chamar de senhor (sic)” devido à truculência, ou, como os protocolos baseados nos ensinamentos geracionais, quando observamos um pai da periferia se preocupar com o filho e falar: “tá levando documento? (sic)”.

Ainda segundo Feltran (ib., p.63), analisando um padrão de depoimentos de moradores das periferias de São Paulo, as fronteiras das distinções entre experiências de autocontrole e heterocontrole hegemônico no meio urbano tornaram-se incertas nas últimas décadas, generalizando que:

[...] o mundo do crime” se deslocou. Algo que era antes alheio às “famílias” e distante dos “trabalhadores” passou a aparecer nos cotidianos de todos os moradores da nova geração. Modos de organização, antes mais restritos às prisões, ganharam aderência no tecido social das favelas. Normas antes exclusivas do universo daqueles considerados “bandidos” passaram a abordar também a sociabilidade de jovens não inseridos nos mercados ilícitos. Dinâmicas, portanto, antes externas à “comunidade” passaram a ser lidas como constitutivas dela.

Dito isso, analisando as trajetórias de vida de pessoas das periferias, temos mesmo a impressão que, quanto mais descivilização, no sentido de fazer surgir e ser necessário mais interdependência, mais civilização proporcionalmente, mesmo que de forma heterogênea na sequência dos processos. Uma imagem da força dessa interdependência entre camadas urbanas é muito bem ilustrada por Caldeira (2000, p. 272):

As classes média e alta estão criando seu sonho de independência e liberdade tanto da cidade e sua mistura de classes quanto das tarefas domésticas diárias com base na dependência de serviços realizados por pessoas da classe trabalhadora. Eles dão armas para guardas mal pagos controlarem seus próprios movimentos de entrada e saída dos condomínios. Eles pedem a seus office boys mal pagos para resolver todos os problemas burocráticos, desde pagar suas contas e ficar em todo tipo de filas, até transportar quantidades incríveis de dinheiro. Eles também pedem a suas empregadas mal pagas - que não raro vivem nas favelas do outro lado do muro do condomínio - para lavar e passar suas roupas, arrumar suas camas, comprar e preparar sua comida e frequentemente tomar conta de seus filhos o dia inteiro. Membros das classes altas temem o contato e a contaminação pelos pobres, mas continuam a depender de seus empregados pobres. Eles só podem estar angustiados para encontrar a maneira certa de controlar essas pessoas com as quais mantêm tais relações ambíguas de dependência e evitação, intimidade e desconfiança.

Portanto, tendo em vista a interdependência, afirmamos que são os cerimoniais das pessoas da zona pobre que permitem os cerimoniais das pessoas das zonas ricas nas cidades. E pensando nisso, não conseguimos deixar de lembrar de Dona Francisca, 62 anos, moradora da comunidade São Francisco, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, faxineira e cozinheira, faz tudo para a família de uma madame rica no bairro do Cocó, enquanto sua filha mais velha, Carla, 13 anos, é quem cuida dos seus dois filhos menores (Júlia, 6 anos e Breno, 4 anos), banha-os e os leva pra escola, fazendo o próprio almoço e tomando outras responsabilidades em razão dessa interdependência de cerimoniais na Cidade.

Nota-se, portanto, que nas pressões interdependentes sobre os status, gestos, maneiras e na fala, o processo de civilização ficou atrelado a “refinamento” dos de cima, apesar de, interdependentemente, somente desenrolar-se com a expansão do heterocontrole (por meio do Estado principalmente) e do autocontrole particular dos de

baixo. Por isso, no seguimento do século XXI em que estamos observando, a importância do autocontrole nos de baixo, na verdade, mostra-se ampliar cada vez mais, como Elias (1994b, p. 209) defendeu:

Em grau sempre maior, o funcionamento complexo das sociedades do Ocidente, depende de os estratos agrários e urbanos inferiores controlarem sua conduta, cada vez mais, à medida que captam melhor suas conexões a mais longo prazo e mais remotas. O mecanismo social altamente diferenciado, torna-se tão complexo e, em alguns aspectos, tão vulnerável, que perturbações num só ponto das cadeias de interdependência, que articulam todas as posições sociais, inevitavelmente afetam muitas outras, desta maneira ameaçando todo o tecido social. [...] Geralmente sob uma forte pressão social, membros dos estratos mais baixos acostumam-se a controlar suas emoções momentâneas e a disciplinar sua conduta, com base numa compreensão mais profunda da sociedade total e de sua posição nela.

Por conseguinte, com o desenvolvimento do processo civilizador e descivilizador, até as camadas mais baixas da sociedade possuem a capacidade de autocontrole, necessárias e dispostas pela figuração atual, também sofrendo pressões contingentes e diferenciadas por poder, prestígio, reconhecimento etc. Quem não reconhece isso, e, ainda aponta uma incapacidade nas condições das camadas mais baixas e moradores das periferias das cidades, ou, qualquer outra teoria neomalthusiana, somente essencializar e constrói “estados” estáticos, não reconhecendo a mudança e o processo histórico como tão bem frisado por Elias.

4. Considerações finais

Aprendemos, então, com o desenvolvimento histórico, que a interdependência não quer dizer reciprocidade ou igualdade, mas sim afetação mútua e relação de poder. O processo civilizador significou pelo decorrer dos fatos, não somente uma “expansão” iníqua de um modo de conduta marcado pelo autocontrole que se difundiu de forma colonizadora e assimiladora de um pequeno grupo para todas as camadas sociais, mas uma multifocalidade de interdependências que sequencializar múltiplos processos civilizadores e descivilizadores.

Mostramos que as relações de poder manejam diferenças de costumes e de possibilidades de incorporação tanto do autocontrole, quanto do heterocontrole (incidência da lei como vimos, dos códigos simbólicos, do estado e da polícia).

Observamos fragmentos de vidas conturbadas pela tristeza e pela alegria, que são expostas a um grande autocontrole, apesar do estigma de incivilizados. E, nesse sentido, é preciso dizer que ao contrário do que se pensava, as pressões imediatas sentidas pela gente pobre que mora nas periferias, por exemplo, tem sob o permanente desgaste físico ou a ameaça de dor física, pobreza ou fome, também induzidas limitações internas, mesmo que não diretamente, e, não só limitações externas. De fato, trabalhar com uma margem pequena de liberdade exige muito mais autocontrole e essa própria diferença de liberdade nos de baixo impõe um autocontrole diferenciado. Sob condições de falta de apanágios e pouquíssima ou nenhuma liberdade financeira, o autocontrole é mais do que necessário. Como Elias (1994b, p. 211) notou certa vez, relembramos nesse novo contexto:

A conversão de restrições sociais impostas “de fora” em autorrestrições, numa autorregulação individual que se torna um hábito ou automatismo no tocante às paixões e sentimentos – possivelmente apenas para pessoas protegidas da ameaça física, externa, da espada ou da fome – também está ocorrendo entre as grandes massas do Ocidente.

Na verdade, por toda a história, os grupos “superiores” precisaram em sua autoimagem, colocar a culpa de recuos das oscilações do processo civilizador, em homens e mulheres da “gente comum” “incivilizada”, a fim de legitimar seus interesses de controle como interesses nacionais através do Estado, e, seu heterocontrole. Como muito bem analisou Elias & Scotson (2000) em “Os estabelecidos e os outsiders”, a nível de vizinhança, evidenciamos a maneira como um grupo é capaz de marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo. Seja em remoções habitacionais no âmbito da parte da cidade onde vivem as “gentes inquietas”, na repressão aos tambores e batucadas de pessoas escravizadas do passado, até a repressão violenta que recai sobre as “favelas”⁶, territórios de “criminosos” e demais animais bestiais, considerados pelas elites, indivíduos perigosos de baixo controle e inteligência.

Por mais que o senso comum, douto ou não, por questões residuais históricas, ainda considere a classe rica como sinônimo de civilidade, a violência do processo civilizador nas camadas altas até hoje é o que faz alguns reforçarem essa interpretação de que indivíduos pobres de periferia, como os que observamos nos exemplos de vidas

⁶ A “chacina da Sapiranga”, em Fortaleza, por exemplo, aconteceu em plena confraternização de Natal em Dezembro de 2021. Cf. Disponível: <<https://www.revistaceara.com.br/nova-chacina-na-sapiranga-deixa-5-mortos-ceara-ja-contabiliza-7-chacinas-so-em-2021/>> Acesso em: 18. mar. 2022.

periféricas em algumas cidades brasileiras, “naturalmente” são mais impulsivos e menos racionais. Como já explicou Elias (1994b, p. 206), diferente para todos, o resultado individual do processo civilizador se desenrola para além do bem e do mal, sendo incompatível com a constituição de qualquer essência:

Na realidade, o resultado do processo civilizador individual é claramente favorável ou desfavorável apenas em relativamente poucos casos, em cada extremidade da escala. A maioria das pessoas civilizadas vive um meio-termo, entre os dois extremos. Aspectos socialmente positivos e negativos, tendências pessoalmente gratificantes e frustradoras, misturam-se nelas em proporções variáveis.

A atualidade condena a violência, mas como afirma Elias (1994b, p. 139), ao menos em uma das vias, sem a violência o processo civilizador não teria existido: “Sem ações violentas, sem as forças propulsoras da livre competição, não teria havido monopólio de força e, destarte, nenhuma pacificação, nenhuma supressão e controle da violência em grandes áreas”. Nesse sentido, ampliando a noção de violência para ampliar nosso conceito de interdependência, vemos que a violência não é um bom marcador para civilização, já que é relativa, porque ocorre tanto em processos civilizadores como descivilizadores. Tanto para impor heterocontrole ou autocontrole por violência, quanto para negar ou permitir o desenvolvimento do autocontrole. Contudo, ao mesmo tempo, seu papel vital, coloca-a como algo jamais a ser desconsiderado em qualquer processo histórico, nem como violência simbólica, nem como violência física. Em especial, para nós da América Latina, cujos a violência aparece sempre posta na esfera pública como padrão civilizatório e descivilizatório.

Outrossim, no âmbito atual das cidades, concluímos que, ao longo do desenvolvimento do processo civilizador e descivilizador, o tecido urbano foi marcado pela desigualdade social que diferenciou os cerimoniais rotineiros em cada habitante e de acordo com cada zona. Sendo que, tendo em vista a interdependência, são os cerimoniais das pessoas da zona pobres que permitem os cerimoniais das pessoas das zonas ricas nas cidades. Expressamos, nessa argumentação, portanto, que a descivilização não vem da falta de auto-controle, mas da sua dialética com a civilização.

Nesse sentido, se na sociedade de corte, os “superiores” julgavam desagradável à vista das funções corporais dos “inferiores”, como comer ou chorar na sua frente, segundo

Elias (1994a, p. 154), “de uma maneira que, no início, não impõem a si mesmos”. Nos dias atuais, as cidades experimentam essa modelagem violenta, atualizando o padrão de segregação social de antigamente, condição permanente dos mecanismos de alteridade e semelhanças, portanto, condição também das diferenças de possibilidade de ampliação do autocontrole entre as camadas sociais e dentro das cidades.

O retrato que tiramos das cidades e de seu caminho no processo civilizador e descivilizador dos dias atuais, é de uma interdependência tal qual como registra Caldeira (2000) na cidade de São Paulo, mas que também estende-se a outras cidades: as elites sociais constroem os “enclaves fortificados”, espaços privatizados, voltados ao interior dos seus condomínios de luxo, nos subúrbios longe da “mazelas” dos centros, ao exemplo dos “Alphavilles”. Mesmo quando saem de seus muros monitorados por câmeras e vigilantes, segregam-se em seus carrões do tipo utilitário esportivo, aos vidros fechados.

Atualmente, como assevera Wouters (2012, p. 558):

O processo de interpenetração obrigou um número cada vez maior de pessoas a ceder à falácia informal. Desse modo, o medo do contato degradante com classes inferiores ou com impulsos inferiores teve de ser reajustado sob um controle social e mental mais flexível. [...] um distanciamento social já internalizado.

Num mundo mais cheio de gente e mais interdependente, essa postura flexível é mais adequada, do que tentar evitar as pessoas num mundo interconectado. Contudo, ressaltamos, não é que a evitação sumiu, mas sim o autocontrole sobre o autocontrole que aumentou, no sentido de uma informalização. Como vimos, sempre que possível a elite evita as massas crescentes das metrópoles, mas isso não esconde o aumento da interdependência entre as camadas sociais. Pensando naquela imagem de grandes prédios de apartamentos ao lado de “favelas”, lembro de Caldeira (2000) mais uma vez e sua noção de que grupos cada vez mais próximos geograficamente, estão se tornando cada vez mais separados socialmente, mesmo que cada vez mais interdependentes.

Podemos dizer, com base nas vivências das práticas históricas nas periferias das cidades brasileiras, que o nojo da elite contra pobres continua por uma questão de interdependência, e, de funcionamento dos mecanismos de alteridade e semelhança impostas pelo padrão de poder colonial-moderno. Confirmamos com nosso trabalho, o

trabalho de Wouters (2012, p. 560), que caracteriza nessa continuação do processo civilizador nos séculos XX e XXI, que: “a pressão para ser acostumado ao autocontrole se tornou, ao mesmo tempo, uma pressão para ser descontraído, confiante e natural”.

Referências

ANDERSON, B. (2014). *Sob Três Bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas; Fortaleza: UNICAMP; UECE.

BENJAMIN, W. (1985). Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R.(Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática.

CABANES, R., GEORGES, I., RIZEK, C. & TELLES, V. (2011). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo.

CALDEIRA, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

DÉPELTEAU, F.; PASSIANI, E. & MARIANO, R. (2013). Ariel or Caliban? The Civilizing Process and Its Critiques. In: DÉPELTEAU, F.; LANDINI, T. S. (ed.) *Norbert Elias and Social Theory*. New York: Palgrave Macmillan.

DUSSEL, E. (1993). 1492 – *o encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

ELIAS, N. (1994a). *O Processo Civilizador. Uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar.

ELIAS, N. (1994b). *O Processo Civilizador. Formação do Estado e civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar.

ELIAS, N. (2001). *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FELTRAN, G. (2010). Crime e Castigo na Cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, Jan./Abr.

JAMES, C. L. R. (2010). *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo.

- KOWARICK, L. (2002). Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Revista Novos Estudos*, (63). pp. 9-30.
- LANDER, E. (org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Cidade Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- MIGNOLO, W. (2003). *Histórias locais / Projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- PALMER, V. (1998). Essai sur les origines et les auteurs du Code Noir. *Revue internationale de droit comparé*, 50 (1), pp. 111-140.
- PINTO, S. (2019). Haiti: aspectos socio-históricos internos e emigração. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 13 (3), pp. 364-387. DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.24646
- SAID, E. (2001). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOYNBEE, A. (1963). *Helenismo – História de uma civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- WOUTERS, C. (2012). Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. *Revista Sociedade e Estado*, 27(3) – Set./Dez., pp. 546-570.